

## **Crise da Contemporaneidade e o Feminismo**

**Fillip Mariano Dias**

**Jéssica Máximo**

Atualmente, podemos perceber que há uma grande mudança nas relações sociais e na organização social, ou seja, na vida social em geral. Verifica-se que o instituto do patriarcado perde forças dando lugar, cada vez mais, para a atuação das mulheres em áreas onde somente o homem poderia atuar a algumas décadas atrás.

Para o autor Frijot Capra (1982), nossa sociedade está passando por uma crise e esta mudança nas relações sociais representa um dos aspectos desta crise. A crise na qual nos encontraríamos seria oriunda de várias mazelas que afligem nossa sociedade, mazelas que teriam impulsionado novos movimentos sociais que buscam alterar as relações sociais e as relações do homem com seu ambiente, abalando as estruturas de organização e de evolução de nossa sociedade. Dessa forma, para o autor, juntamente com o declínio da era do combustível fóssil e a mudança de valores culturais da sociedade contemporânea, o declínio do patriarcado viria para alterar as relações sociais de gênero e o papel social que cada gênero possui em nossa sociedade.

Para Capra (1982), o patriarcado se encontra em nossa sociedade há mais de três mil anos. Anterior ao patriarcado, as mulheres exerciam o seu papel de apaziguadora social, amenizando assim os efeitos de crises sociais, estabelecendo certo equilíbrio nas relações sociais como um todo. Isso foi possível porque, de acordo com o autor (1982) durante o tempo em que esse papel foi exercido, entendia-se que os indivíduos do sexo feminino tinham uma profunda identificação com a natureza<sup>1</sup>, isto é, podiam ser associadas à consciência ecológica. O sexo feminino era associado com a capacidade de distinguir, entender e refletir acerca das especificidades de cada indivíduo ou ser vivo. Assim, para o autor, o matriarcado fora responsável, por muito tempo, pela coesão e integração social, pois, o indivíduo seria capaz de assimilar o conceito da co-existência, cooperação e responsabilidade mútua, solidariedade e do coletivismo. Além disso, podemos identificar harmonia, ternura e afeição como outras características do matriarcado capazes de manter a coesão social. Não obstante, o patriarcado caracterizar-se-ia pela separação, ou seja, não haveria um pleno reconhecimento nem capacidade de condução das relações sociais baseadas no reconhecimento da unidade, mas sim, pela manifestação contrária, que é a

---

<sup>1</sup> Não que hoje essa identificação e associação não sejam mais possíveis de serem feitas, contudo, devido à atuação feminina em novas áreas, tem sido cada vez mais difícil fazer esse tipo de associação.

individualidade. Em contrapartida, noções e princípios como a obediência, lealdade, fé, seriam mais presentes no patriarcado.

Durante todo o tempo no qual o patriarcado dominou a nossa sociedade,

“a civilização ocidental e suas precursoras, assim como a grande maioria das outras culturas, basearam-se em sistemas filosóficos, sociais e políticos ‘em que os homens – pela força, pressão direta, ou através do ritual, tradição, lei e linguagem, costumes, etiqueta, educação e divisão do trabalho – determinam que papel as mulheres devem ou não desempenhar, e no qual a fêmea está em toda parte submetida ao macho” (CAPRA, 1982. p.27).

De acordo com Capra (1982), a crise que presenciemos na contemporaneidade manifesta-se de maneira mais intensa quando há a inversão dos papéis sociais. Ou seja, quando os homens começam a atuar mais ativamente na família e nas relações sociais como um todo e as mulheres se tornam mais ativas na vida política. Há uma mudança estrutural nos comportamentos, ou seja, a sociedade perde sua característica de coesão, proporcionada pelas características distintas do sexo feminino, isto é, do matriarcado.

O sistema patriarcalista teria sido aceito praticamente como partes da natureza humana, inquestionáveis e participantes da ordem natural das relações sociais até o momento em que o movimento feminista ganhou corpo e passou a revisar estes conceitos, costumes e leis. Segundo Nogueira e Messari (2005), existiram três gerações de movimentos feministas, a saber: os que lutaram pelo sufrágio universal e pela inclusão feminina no mundo político interno do Estado; aqueles que abordavam uma agenda de inclusão social e cidadania, ativas na década de 1970; e uma terceira geração que abarcava feministas teóricas de Relações Internacionais, da década de 1990.

Dentro deste contexto, Céli Pinto (2010), argumenta que mesmo que sempre tenha havido luta das mulheres contra a opressão, a primeira onda do feminismo surgiu, de fato, nas últimas décadas do século XIX, na Inglaterra, com as *sufragetes*. A autora versa que as *sufragetes* organizaram-se em Londres

“para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918” (PINTO, 2010, p.15).

Todavia, Pinto (2010) destaca que entre a década de 1930 e 1960 a força do movimento decresceu em todo o mundo, revigorando-se somente após a década de 1960. Segundo a autora, entre estes anos de declínio surge uma obra que marcou a segunda onda do feminismo mundial, ‘O segundo sexo’, de Simone de Beauvoir – publicado em 1949 –, o qual estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. Entrando nos anos 1960, em meio a um ambiente que se agitava com a entrada dos EUA no Vietnã, o movimento *hippie*, o lançamento da pílula anticoncepcional, os movimentos estudantis e com a revolução sonora dos *Beatles* e dos *Rolling Stones*, é

lançada outra obra feminista de grande importância, *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, em 1963. Nesta década, segundo Pinto (2010),

“o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias” (PINTO, 2010, p.16).

A autora aponta, entretanto, que este movimento se deu de maneiras desiguais ao redor do mundo. Segundo Pinto (2010), se a Europa e os EUA possuíam um ambiente propício para este tipo de manifestação, em outros locais, como o Brasil que vivia uma época de ditadura militar, o movimento foi reprimido e teve que permanecer na clandestinidade.

Pinto (2010) ainda destaca a evolução do feminismo com a I Conferência Internacional da Mulher, de 1975, ocorrida no México, na qual a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a próxima década seria dedicada às mulheres. Nesse contexto, a autora também ressalta a *Carta Política*, lançada pelo Círculo da Mulher em Paris, em 1976, a qual expressaria a situação do movimento na época:

“ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista” (PINTO, 2003, p. 54 *apud* PINTO, 2010, p.17).

Ainda de acordo com a autora, na última década do século XX, o movimento teria passado por um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que focam, “principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para sua maior participação política” (PINTO, 2010, p.17).

Todavia, não somente podemos entender o feminismo como um movimento que abala as estruturas sociais e que reivindica uma nova interpretação do papel da mulher na sociedade e de suas relações com o gênero masculino, mas como também um movimento que altera o próprio entendimento do indivíduo ou do sujeito contemporâneo.

De acordo com Hall (2006), o movimento feminista faz parte de uma série de avanços na teoria social e nas ciências humanas em geral que contribuem para a fragmentação da identidade do sujeito pós-moderno. Ao contrário do sujeito da modernidade (que surge através da interação entre o eu e a sociedade, de maneira em que sua identidade estabilizaria o sujeito na estrutura social na qual vive), o sujeito pós-moderno (ou

contemporâneo) é um indivíduo fragmentado, descentrado, que possui diversas identidades. Os avanços aos quais o autor se refere são: o marxismo e a influência da estrutura nas atividades humanas; Freud e a influência do inconsciente; a linguística estrutural e o entendimento de que falamos, e agimos, com base em símbolos já existentes na sociedade e que estes são construídos e não fixos no tempo; Foucault e o poder disciplinar; e, por último, a crítica teórica e o movimento social feminista.

Para o autor, o feminismo teria contribuído para este descentramento, pois

“-[e]le questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”. O *slogan* do feminismo era: “o pessoal é político”.

-Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.

-Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas).

-Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da *posição* social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero.

-O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela *questão da diferença sexual*” (HALL, 2006, p.45-46).

Assim, o feminismo teria contribuído para a reflexão da sociedade e dos indivíduos sobre o papel da mulher na sociedade, suas relações políticas, de gênero, familiares, sexuais, ou seja, na sua vida social em geral e abalado as estruturas das relações sociais da contemporaneidade.

Para Capra (1982), desde a década de 1980, pode-se identificar o feminismo como movimento aglutinador e mais do que isso, catalisador dos movimentos sociais. Atualmente, muitos dos movimentos sociais que têm em sua base o questionamento da autoridade, caminham de maneira independente e individual. De acordo com Capra (1982), movimentos dos grupos de defesa ambiental, grupos de defesa dos consumidores, movimentos de libertação étnica tem atuado dessa maneira, todavia, começam a perceber que os seus objetivos, por mais distintos que sejam os campos de atuação de cada setor, de cada grupo se inter-relacionam. Assim, por o movimento feminista caracterizar-se pelo censo de urgência e de compaixão, ele pode perfeitamente voltar a atuar como catalisador das demandas sociais.

Em seu livro, o autor Capra (1982) nos demonstra que movimentos desse tipo, que se unem em busca dos seus objetivos já podem ser vistos no cenário internacional. Geralmente, essas novas alianças caracterizam-se pela não-hierarquia e por serem também menos burocratizadas. Tais organizações demonstram que é perfeitamente viável que essas manifestações funcionem em nível global tendo como base ações pontuais em nível local, regional, baseadas em princípios universais, isto é, aceitos mundialmente. Percebe-se de

fato que essas ações tomadas em conjunto com os demais grupos sociais são capazes de produzir transformações sociais bem mais eficazes.

Assim, o movimento feminista teria papel aglutinador dos processos sociais que questionam a autoridade em nível global. Tal questionamento pode ser identificado em todas as esferas da sociedade. Nas relações entre os Estados, nas relações sociais, políticas e tecnológicas.

### **Referências Bibliográficas**

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente. São Paulo: Ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 25ª Ed.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2006.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. Perspectivas alternativas: Feminismo e Pós-colonialismo. In: NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINTO, Céli. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, Jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 Nov. 2010.